



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL 360/10

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa garantir maior transparência na atuação municipal, especialmente com relação aos contratos públicos firmados entre a Municipalidade de São Paulo e os contratados.

O número significativo de contratos emergenciais celebrados pela Municipalidade, através do Prefeito de São Paulo, torna necessário que haja maior eficiência na ação fiscalizatória desta Casa Legislativa, de sorte que, uma das formas de se alcançar tal eficiência, é através da análise dos termos contratuais pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo, que assim exerce o poder de fiscalização do Legislativo.

O Poder Legislativo possui funções típicas e atípicas. Típicas são as funções de legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo; enquanto que atípicas são as funções de administrar (organização administrativa interna) e julgar (por exemplo, quando o chefe do Poder Executivo é julgado pelo Poder Legislativo).

A função típica por excelência do Poder Legislativo é, sem dúvida, legislar, elaborar, apreciar e votar projetos legislativos cujos mandamentos são aplicados em todo o Município.

Entretanto, juntamente a ela, mas não menos importante, temos a outra função típica do Poder Legislativo, que é exatamente a sua prerrogativa de fiscalização do Poder Executivo.

É exatamente nessa seara que se encontra o presente projeto de Lei, qual seja, fiscalizar a atuação do Poder Executivo no que se refere à celebração de contratos emergenciais, ou seja, contratos celebrados sem prévia licitação em decorrência de urgência, sem que isso fira a autonomia do Executivo, mas, pelo contrário, garantindo maior transparência e fiscalização dos seus atos, como determina a nossa Constituição Federal.

Por fim, não se diga que a publicação da celebração desses contratos basta para a comprovação da emergência, pois são publicados apenas termos sucintos do contrato, mas não detalhes e minúcias necessárias a esclarecer com exatidão todos os fatos contributivos para a ocorrência da situação emergencial.

Pela relevância da matéria, que torna a propositura merecedora da atenção de todos, solicito a sua aprovação pelos meus nobres Pares.